



## O cortesão moral de Baldassare Castiglione e o ordinário de Eustache du Refuge

The moral courtier of Baldassare Castiglione and the ordinary of Eustache du Refuge

Edmir Míssio

Universidade de São Paulo  
Brasil

### Resumo

Este artigo mostra num primeiro momento como Baldassare Castiglione, no *Libro del Cortegiano* (1528), previne o leitor da idealidade de seu quadro sobre a corte e o cortesão, promovendo o que poderíamos chamar de um cortesão moralizado; em seguida, pontua-se a questão da ação honesta por meio da dissimulação prescrita por Castiglione, tomando como base aqui a fundamentação e validação desta ação no pequeno tratado *Della Dissimulazione Onesta* (1641/1990) de Torquato Accetto; por fim, trazemos a corte e o cortesão pintados por Eustache du Refuge, em seu *Traité de la court* (1616/1617), no qual se expandem, ao que parece, os limites da conduta honesta prevista nos tratadistas anteriormente considerados.

**Palavras-chave:** tratados morais; ética; côrte; dissimulação.

### Abstract

This article shows, in its first part, how Baldassare Castiglione, in his *Libro del Cortegiano* (1528), warns his reader about the ideality of his picture of the court and the courtier, providing what we can call a moral courtier; after this, the paper discusses the question of the honest action through the dissimulation prescribed by Castiglione, having as its source the foundation and validation of this action in the *Della Dissimulazione Onesta* (1641), written by Torquato Accetto. Finally, we deal with the court and the courtier painted by Eustache du Refuge, in his *Traité de la court* (1616), which expands, it seems, the limits of the honest conduct, already foreseen in the writers previously considered.

**Keywords:** moral treatises; ethics; court; dissimulation.

Em 1993, o historiador inglês Peter Burke, em seu livro *A arte da Conversação*, já destacava a importância do estudo "dos usos e convenções relacionados à capacidade de escrever" para o entendimento dos textos, "se sérios ou irônicos, servis ou zombeteiros" (Burke, 1993/1995, p. 36). Na mesma época, no Brasil, a valorização do conhecimento dos pressupostos de composição que norteiam a produção de um texto, visando a ampliação de seu entendimento, já era compartilhado, por exemplo, pelos professores João Adolfo Hansen e Alcir Pécora.

O presente artigo procura seguir essa diretriz. Neste sentido, faz-se notar inicialmente que o *Libro del Cortegiano* (*Livro do Cortesão*) (1528/1965) de Baldassare Castiglione, não é escrito histórico mas tratado moral na esteira dos moldes platônico e ciceroniano, modelos invocados pelo próprio autor. Como veremos, isto fica claro por meio de uma brilhante ironia que pontua o tratado, a qual se compõe com a baça tintura melancólica que o enquadra. O caráter ideal do quadro de Castiglione é evidenciado ainda no confronto com o quadro pretensamente realista do francês Eustache du Refuge, em seu *Traité de la cour* (*Tratado da corte*), obra igualmente renomada, datada de 1616 [1]; e que eu saiba, ainda não considerada por pesquisadores brasileiros. Refutam-se aqui, repito, as interpretações do tratado de Castiglione como retrato histórico, as quais se servem disso para estabelecer uma imagem – enganosa já pela própria generalização de um (suposto) caso –, de um mundo europeu quinhentista de equilíbrio em contraposição com um mundo do desequilíbrio seiscentista. Ademais, com Refuge, vemos que a



“denúncia” dos artifícios da sociedade cortesã já era partilhada por quem a freqüentava, ou, ao menos, a conhecia de perto, não sendo produto “romântico”. Em meio a essas “duas cortes”, com seus dois cortesãos (o moral proposto e o amoral típico), interponho uma descrição de um artifício comum a ambos, o da dissimulação; apreciada aqui por meio do mini tratado de Torquato Accetto, o *Da dissimulação honesta* (1641/1990).

### O cortesão moral de Castiglione

Como se sabe, o *Livro do Cortesão* tem em Cícero uma das fontes confessas da matéria de que trata e do modo de tratá-la. Tanto o *Do Orador* (séc. I a.C./1950) quanto o *Orador* (séc. I a.C./ 1964) trazem a mesma preocupação com a formulação de um modelo, o do orador, o qual, tal como o cortesão, tem a mesma necessidade de representar frente a um público, seja para movê-lo a uma ação, seja para comovê-lo para um julgamento. Com relação ao modo de tratar a matéria, a forma dialógica encontrada em Castiglione aproxima-se antes do primeiro, sendo marcada pelo tom ameno de conversação, e não de uma seca argumentação.

Outra obra de Cícero a ser destacada aqui é o tratado *Dos deveres* (séc. I a.C./1994), de cujos preceitos Castiglione se vale, tal como nos casos do valor do conhecimento, da moderação, do decoro, do respeito, de parecer aquilo que é. É ainda no *Dos Deveres* que encontramos o ajuste da atuação do orador aos convivas, com o estabelecimento de certos pressupostos e fins do trato civil. Alegando uma filiação socrática [2], Cícero preceitua que a fala no convívio civil seja plácida e branda, sem intransigência e prepotência; uma fala familiar (*sermo*), para uma conversação amena e afável, sem a finalidade de insuflar paixões, e, neste sentido, contrário à veemente fala dos tribunais e das tribunas. A intenção é aproximar-se dos interlocutores e ter a capacidade de adequar-se à matéria tratada, severa ou jocosa; condenando-se porém a maledicência, por ser reveladora de defeito moral de quem a ela recorre (Cícero, séc. I a.C./1994). Se, para Cícero, a eloquência é a arte da paz por excelência, no âmbito público, o que se propõe no *Dos deveres* é repor esta paz para o âmbito da convivência civil, a fim de promover a solicitude e a benevolência entre os convivas. Visa-se dar à conversação regras para o ordenamento das relações civis com base nas virtudes cardeais da sabedoria, justiça (que compreende a generosidade), grandeza de ânimo e temperança. Enquanto a oratória pública devia servir como instrumento de organização do Estado, a conversação civil não deixa de tomar parte nisso. Talvez se possa dizer que as regras para a conduta civil remetem, igualmente, a uma necessidade administrativa do Estado, provendo, no caso, um espaço de ‘neutralidade’ para o estabelecimento de relações que hoje são denominadas profissionais. As relações civis, de todo modo, pressupõem respeito mútuo, ou ao menos uma imagem de respeito. A ambigüidade é inevitável.

Em Castiglione (1528/1965), discorre-se sobre essa conversação amável em meio aos convivas da corte, e provê-se um modelo a ela correspondente, o cortesão. Na *Lettera dedicatoria* (parte I) que antecede o tratado, o anúncio da feitura do “retrato de pintura” da corte de Urbino traz a captação da benevolência do leitor por meio da imagem de modéstia, de rebaixamento das próprias capacidades, seguindo certo molde retórico. Para isso, o autor admite não retratá-la ao modo de um Rafael ou de um Michelângelo, “mas de pintor ignóbil e que somente saiba traçar as linhas principais, sem adornar a verdade de belas cores ou fazer parecer pela arte de prospectiva aquilo que não é” [3].

Figurando em meio a esse quadro da corte está a imagem do perfeito cortesão, em relação ao qual, ainda na *Lettera*, parte III, é prevista uma possível crítica: a de ser “muito difícil e quase impossível encontrar um homem tão perfeito” [4]; pelo que seria supérfluo descrever tal tipo, uma vez que seria vão “ensinar aquilo que aprender não se pode” [5]. Na sequência, contudo, em defesa de sua obra, enumera os modelos que imita, acrescentando que erra em boa companhia ao errar com Platão, Xenofonte e Cícero, “ampliando o debate sobre o mundo inteligível e as idéias; entre as quais, tal como, segundo esta opinião, há a idéia da perfeita república, do perfeito rei e do perfeito orador, assim há também a do perfeito cortesã” [6]. O escrito é, portanto, alinhado a uma tradição mais propriamente filosófica.



Cícero, no *Orador* (séc. I a.C./1950, vol.2, p. 7), já acentuara a condição imaginária, ou fictícia, de seu orador perfeito ao dizer: "imaginando [ *fingendo*] o orador supremo, vou dar forma [ *informabo*] ao que ninguém talvez jamais foi. Pois não procuro o que foi, mas qual é aquele a quem nada pode ser superior". Ele havia validado este empreendimento no parágrafo imediatamente anterior, ao afirmar que "quando se visa o primeiro posto é honroso chegar ao segundo ou terceiro".

Importa igualmente a Castiglione – como vemos ainda na *Lettera*, parte III – esse esforço de "ascensão do aprendiz" à altura do modelo proposto, ainda que não chegue a alcançá-lo, reafirmando ser o mais perfeito aquele que mais se aproximar dessa imagem. Portanto, não há pretensão ali de retratar uma forma particular a partir do existente – como seria se retratasse a si próprio, tal como, ele "confessa", alguns tentaram convencê-lo a fazer –, mas a partir de um tipo genérico desejado; concluindo com uma demonstração dos limites de seu auto-conhecimento, que não deixa de redundar em ato de modéstia, ao dizer: "não sou tão privado de juízo no conhecer a mim mesmo, que presuma saber tudo aquilo que sei desejar" [7].

Quando vamos ao livro I, podemos ler, logo no primeiro parágrafo, que ao conhecimento dos próprios limites, acrescenta-se a dificuldade de retratar uma discussão que não presenciara, estando à época na Inglaterra; de modo que sua pintura se deveria à memória alheia, logo, pela recordação de argumentos que não testemunhou, mas lhe foram ditos. A pintura da corte não toma assim modelo do vivo, mas é produção de uma imagem pela lembrança.

Às dificuldades de recuperar uma conversação não vista nem ouvida, e da impossibilidade de existência de um cortesão perfeito, une-se uma outra, como podemos ver no parágrafo XIII: a dificuldade de definir e circunscrever tal cortesão. Esse ponto aparece agora já em meio ao diálogo, quando, pela boca da personagem Gonzaga, é afirmada uma "quase" impossibilidade de se conhecer a "verdadeira perfeição" das coisas devido à "variedade dos juízos". Note-se que essa variedade dos juízos já fora apontada por Cícero no *Orador* (XI, 36), sendo que Castiglione não só a retoma, mas a exemplifica pelo diálogo.

As dificuldades se ampliam ainda mais no livro II, quando, no primeiro parágrafo, no prólogo ao diálogo, afirma-se que as lembranças dos velhos não deveriam ser tomadas ao pé da letra, uma vez que a velhice seria fator de idealização do vivido. Daí os velhos cometerem um erro universal: o de louvar o passado e criticar o presente, chegando a afirmar que "todo bom costume e toda boa maneira de viver, toda virtude, tudo enfim, vai sempre de mal a pior" [8]. Do que se conclui que, apesar do juízo adquirido pela experiência, eles não perceberiam que se assim fosse seria impossível piorar mais. A causa desse engano residiria na "fragilidade da velhice", que influenciaria o espírito afetado pela lembrança dos prazeres tidos.

A imagem do passado, guardada na memória, estaria então fadada a ser expressa em termos do discurso elogioso. Em seguida, no segundo parágrafo, Castiglione reitera que os velhos, ao falarem das cortes, teimariam que aquelas de que se recordam foram "muito melhores e cheias de homens singulares" do que as de hoje, sendo que nelas, então, "reinavam tão bons costumes, tanta honestidade, que todos os cortesãos eram como religiosos" [9].

Junto da melancolia propiciada pela lembrança das alegrias passadas – provida pela fala do narrador a enquadrar o diálogo –, pode-se divisar a ironia, a sinalizar ao leitor os limites das apreciações e do conhecimento do próprio autor. Como precisa Marc Fumaroli, a melancolia em Castiglione não é a do "engenhoso à espanhola", resultante da "tensão melancólica entre a interioridade contemplativa e o "mundo" corrompido" (Fumaroli, 1980/2002, p. 90).

Depois de ter prevenido o leitor sobre a idealização perpetrada pela memória em relação à questão da corte, Castiglione, no último livro, o quarto, esclarece acerca da idéia do perfeito cortesão. Assim, no quinto parágrafo, vemos que o cortesão perfeito seria semelhante a um conselheiro de príncipe, ou antes, a um educador, a fim de "dar a ver ao seu príncipe quanta honra e utilidade nasça para ele e para os seus da justiça, da liberalidade, da magnanimidade, da mansuetude e das outras virtudes que convenham a



bom príncipe” [10]. Para cumprir esse papel, caberia a este, digamos, “cortesão-mestre” manejar a pena e as armas, ser exímio cavaleiro, além de ser versado em música e canto, pintura e escultura.

No entanto, esta mesma função de educador de príncipes não deixa de ser refutada por outra personagem, a do Magnífico Iuliano, quando, no §XLIV, alerta que tal excelência de um cortesão frente a um príncipe seria inconveniente, uma vez que aquele estaria provido de maior dignidade que este. Ademais, quem tivesse o papel de instruir o príncipe não deveria ser chamado cortesão, merecendo “nome muito maior e honrado”. E no parágrafo XLVII, encontramos então uma saída algo irônica para este paradoxo, tal como podemos observar na fala da personagem Ottaviano: “se não quiserdes chamá-lo cortesão, não me causa aborrecimento; porque a natureza não colocou tal limite às dignidades humanas que não se possa ascender de uma à outra” [11]. Para validar sua proposição, cita Homero, alegando que ele não só havia erigido dois homens excelentes como modelos da vida humana – Aquiles, no que concerne às ações, e Ulisses, no referente às paixões, à tolerância ao sofrimento –, como também deu forma a um perfeito cortesão: Fênix, “mandado a Aquiles por Peleu, seu pai, para acompanhá-lo e ensiná-lo a falar e agir” [12]. Por fim, aduz ainda o exemplo de Aristóteles e Platão, que teriam praticado essa cortesia perfeita, o primeiro com Alexandre Magno, o segundo com os reis da Sicília.

Como vimos, se, em relação à corte, Castiglione desfaz o construído, ou ao menos relativiza a fidelidade do retratado frente ao experienciado, no caso do cortesão o comum é preterido em função do incomum.

Não se retrata o cortesão tal como é, mas tal como se pretende que venha a ser. Compõe-se como que um cortesão moralizado, reunindo assim atributos variados, a servir de espelho para o príncipe. A moralização provida aqui se assemelha à que propõe Platão na *República* (séc. IV a.C./1947, p. 377c-e, livro II,) em relação aos deuses retratados por Homero e Hesíodo. Lembrando que a crítica platônica leva em conta a educação das crianças, que, por terem como modelos deuses que podem mentir, ser vingativos e guerrear entre si, não viriam a adquirir o hábito da conduta honesta.

Quando voltamos ao retrato de Castiglione, pode-se dizer que é por seu caráter modelar que ele se perfaz em contornos nítidos, apesar da obscuridade da memória e do brilho do desejo. Ademais, as tintas baças da melancolia são entremeadas não apenas pelas cores frias da ironia, mas também pelas cores quentes das risadas entre os convivas, as quais se destacam no terceiro livro. Note-se que ao cortesão perfeito é vetada a melancolia frente ao príncipe, como podemos ler no livro II, §XVIII.

A corte de Urbino, inicialmente lembrada em alguns de seus aspectos concretos, das pessoas ilustres que a freqüentavam às atividades que nela se realizavam, é reduzida sob a mesma condição idealizada do cortesão: a conversação civil é proposta e exemplificada como que ao modo de uma Academia, voltada para um aprendizado e um prazer intelectual.

No que diz respeito à composição do tratado, no *Livro do Cortesão* entrelaçam-se ficção narrativa e argumentação para a construção e modelagem da imagem do perfeito cortesão. Tem-se aí um tratado moral ao modo de obra poética, no sentido encontrado em Aristóteles, pelo qual a poesia é considerada “mais filosófica [...] que a crônica, pois trata antes do geral” (Séc. IV/1980, vol. 9, p. 51b6). Tal como nas matrizes alegadas de Platão, Xenofonte e Cícero, Castiglione faz das figuras históricas – recentes – personagens, o que – nos termos ainda da *Poética* aristotélica, ao tratar da poesia dramática –, provê ao leitor familiaridade e interesse nas discussões, além de persuasão pela verossimilhança. A razão disso sendo “que o possível é persuasivo; ora, o que não ocorreu, não cremos ainda que seja possível, ao passo que o que ocorreu, é evidente que é possível” (Séc. IV/1980, vol. 9, p. 51b6).

### **Dissimular para compor uma harmonia verossímil**

Pode-se dizer que esta verossimilhança poética é reposta à atuação dos convivas, pelo recurso à graça e à *sprezzatura*; termos que parecem se entrelaçar, pressupondo-se em ambos a facilidade, a desenvoltura nas ações e conversação provida pela dissimulação. O



uso da dissimulação é indicado para a produção da graça, ao ser entendida como ocultação da arte, da técnica, do esforço necessário para se efetuar uma ação ou discurso. Castiglione, no livro I, §XXVI, vale-se de um lugar de Cícero no *De Oratore* (séc. I.a.C./1994, livro I), aonde se trata de dois oradores excelentes que buscavam ocultar o seu "conhecimento das letras", para dar a ver orações que parecessem ter sido feitas de modo simples, e como que providas antes pela natureza e pela verdade, que pelo estudo e pela arte. N' *O Cortesão*, a finalidade dessa ação é produzir o efeito de naturalidade e simplicidade evitando-se a afetação, defeito censurado ao cortesão perfeito, e que ocorre especialmente ao louvar a si mesmo (séc. I.a.C./1994, livro II, §VII). A noção de *sprezzatura* igualmente se vale do dissimular, pressupondo a mesma ocultação do saber, do estudo e da fadiga necessárias "em todas as coisas que devem ser bem feitas", acrescentando-se ainda a modéstia de "estimar pouco em si mesmo esta condição" (séc. I.a.C./1994, livro II, §XII). A dissimulação também será recurso compreendido para as facécias, bem como para a admoestação familiar.

Essa dissimulação decorosa será tematizada e elogiada por Torquato Accetto, um século depois, em seu livro *Da dissimulação honesta* (1641/1990), no qual porém amplia-se o seu valor pela ampliação de seu espaço de uso. Dissimular honestamente, ou decorosamente, seria condição reputada a Deus em relação aos pecados dos homens, até estes serem desvelados no juízo final, bem como à natureza em relação à morte, quando então se desvelaria o esqueleto humano. Podem ser usuários da dissimulação honesta guerreiros e governantes (Ulisses, Enéias), filhos em relação a pais (exemplo dos filhos de Noé), o miserável consigo mesmo. Os exemplos são extraídos de gregos, romanos e hebreus de diferentes séculos e condições de vida, de personagens da história e fictícios. Mas, se de um lado a questão da dissimulação em Accetto demonstra uma variedade de tempo e lugar, de outro requer um momento comum de desequilíbrio, a pedir certo arranjo que possa minimizar os efeitos negativos dessa desarmonia. Seu uso não se restringe à vida de corte, mas perpassa todo grau de relações humanas, seja no aspecto do equilíbrio externo destas relações, seja num plano mais propriamente interno da pessoa consigo mesma.

Assim, a dissimulação honesta é recurso previsto para variadas situações, remetendo, no entanto, geralmente, a uma mesma condição: a de enfrentamento de uma dificuldade por meio do artil, seja por recuo, desvio, silêncio, ocultação, ou ainda pela imaginação. Recorre-se à dissimulação honesta por benevolência, respeito, medo, vantagem e/ou beleza. Quem dissimula honestamente muitas vezes não teria o poder efetivo de alterar a sua situação, mas há casos em que isso também pode se dar, como podemos ver na passagem bíblica de José e seus irmãos, que Accetto apresenta no capítulo XIII: visando ajudar sua família em condição miserável, José dissimula reconhecê-los para, por fim, alterar-lhes a situação sem prejudicar-se. Outro exemplo diverso é o do uso da dissimulação por piedade, caso dos filhos de Noé, que fingem não ver a nudez do pai, dando-lhe as costas, para cobri-lo sem envergonhá-lo.

E se a dissimulação, de modo geral, serve tanto para o ataque quanto para a defesa, quando honesta não prevê a ofensa, o dano, é voltada antes à adaptação ao mundo mas, como se viu, pode prover mudanças. O contexto da autodefesa em presença do poder de um soberano é apenas um dos casos de uso do recurso. O seu uso também ocorre entre os pares por meio das boas maneiras, assim como nota o próprio Accetto no capítulo IX ao citar Giovanni Della Casa.

Dissimular honestamente remete a um engano, a um fingimento em prol da paz entre os convivas. Compõe-se a ação em função da companhia. Este "teatro do mundo", metáfora corrente entre o final do século XVI e início do século XVII, dá-se contudo não só pelo jogo de aparências, pela atuação em cena dos atores frente à assistência, mas completa-se pelas intrigas fomentadas nos bastidores.

Os bastidores podem ser divididos entre os segredos de governo e os segredos do coração, esferas fora da vista dos espectadores: uma relativa ao governo do Estado; a outra relativa às intenções do indivíduo, do âmbito do governo de si. Shakespeare coloca este espaço em cena em *Macbeth*, peça na qual expõe os excessos próprios e possíveis das tiranias e das paixões; e ainda que não seja escrito de história, daquilo que se



passou de fato (ou supostamente), não deixa de apresentar um quadro verossímil do que se espera que ocorra neste tipo de circunstância.

Vale lembrar que a sociedade de corte compõe-se também do quadro administrativo, e de uma necessária racionalização para o seu funcionamento. Neste sentido, Giovanni Botero, em sua *Ragion di stato* (1589/1990), iria advertir os reis do caráter prejudicial de conferir "graus e ofícios ao favor, antes que ao mérito"; o que teria como efeito negativo ofender os "valerosos", os quais por sua vez vendo-se preteridos pelos "indignos", iriam se descuidar do serviço e da obediência. Ademais, os povos, sob estes governos se estimariam desprezados, revoltando-se "por ódio do ministro contra o próprio príncipe", de modo que o príncipe que os mantivesse cairia em descrédito (Botero, 1598/1990, p. 25).

E se para administrar um Estado não bastam obviamente as aparências e os cerimoniais, também a corte não se faz apenas de conversação ligeira, mas exige a fala prudente que pressupõe silêncio, tempo para o pensamento; momento que em termos retóricos corresponderiam à *inventio*, categoria que prevê reunião, seleção e reelaboração da matéria a ser tratada, em suma, discernimento do que se pretende ou se pode dizer, para depois expressar este saber de certo modo.

### O cortesão ordinário de Refuge

O nobre francês Eustache du Refuge (1564-1617), em seu *Traité de la Cour* irá justamente trazer o espaço dos negócios e dos interesses que compõem uma corte (Pérez, 2004, p.46). Seu *Tratado* é obra renomada, tendo tido imensa difusão no século XVII, com dezesseis edições, e traduções para o italiano, inglês, latim e alemão (Idem, p.39).

Aqui, o título já define o gênero do escrito. Este tratado porém apresenta-se mais como descrição daquilo que é do que como proposição daquilo que deveria ser – caso este do *Livro do Cortesão* –, ainda que mantenha um "mesmo fim pedagógico", o qual pode ser tomado como de adequação aos costumes. Ao livro de Castiglione, por sua vez, pode-se imputar uma intenção transformadora, de reforma de costumes se se quiser; ademais, para promover sua proposta de um cortesão perfeito, em uma corte modelar, ele recorre a uma prosa especular que repõe em termos escritos a elevação moral proposta e o prazer da convivência, a qual é por sua vez exemplificada pela forma dialógica. Já o escrito de Refuge apresenta uma linguagem plana e mesmo crua, sem adornos, em acordo com o quadro árido que pinta. A corte deste, contrariamente à daquele, está mais próxima dos exemplos de Accetto, não sendo submetida a uma "corrente amorosa" e reduzida apenas a um momento de jogo intelectual: de modo mais amplo, a conversação na corte, logo no início do tratado, é divisada como a mais difícil por seu caráter "mesclado" e por estar sob o influxo de paixões violentas (Refuge, 1616/1617, p.1).

Para Refuge um mesmo fim move os cortesãos, o de serem favoritos e, logo, favorecidos do príncipe, provocando assim entre os convivas encontros "rudes e impertinentes". O traço predominante na corte é a vaidade, o que impediria a aplicação de regras de conduta certas; condição esta que amplia o espaço aos caprichos do acaso (Idem, p.1). Essa incerteza se estende, a seu ver, necessariamente aos seus próprios ensinamentos. Refuge refere-se a eles como um mapeamento análogo ao de uma carta de navegação, ainda que "vaga e incerta", uma vez que ele mesmo vivia na solidão. Note-se que no próprio mapa ele recorre à dissimulação honesta: evita citar autores recentes, restringindo-se aos exemplos extraídos apenas dos antigos, a fim de evitar a inveja dos contemporâneos. Estratégia de defesa e ao mesmo tempo respaldo ao dito, demonstração de coerência e também certa amplificação da carga dramática do quadro.

Ao seguirmos o caminho traçado no mapa – formado de definições e exemplos –, partimos das condições necessárias para entrar, estar e ficar na corte. Assim, para entrar ali é preciso civilidade e prontidão para agradar; para se conduzir, perspicácia (*accortise*) e destreza (*dexterité*); e para se manter, paciência, humildade, ousadia, suficiência ou capacidade.

A civilidade é composta de conveniência (*bonne sceance, bonne grace*) e afabilidade. A primeira se requer nas palavras (claras, comuns, inteligíveis), nas ações e feições



(comedidas e tranqüilas) e nas vestimentas (sem supérfluos, ao modo corrente). A segunda compreende receber bem as pessoas, respeitar, ter feição agradável, escutar com paciência, misturar doçura e severidade; também participam aqui as agudezas e gracejos, a serem usadas moderadamente e sem incorrer na bufonaria. Parte da afabilidade está nos cumprimentos, que devem pautar-se pela discrição – que Refuge pontua ser rara nas cortes –, e no saber ser grato.

A perspicácia, que parece repor aqui o discernimento de Castiglione, consiste em “saber diferenciar pessoas, negócios e outras circunstâncias e segundo isto regrar o modo de proceder, sua fala e seu silêncio” [13] (Refuge, 1616/1617, p. 16). O reconhecimento do outro se dá “ou das faculdades interiores, de onde procedem as ações, ou de suas condições exteriores, por meio das quais podemos descobrir, como que através de uma nuvem, algo de suas inclinações” [14] (Idem, p. 17). São divisadas duas potências interiores no homem, que proveriam todas as nossas ações: o espírito e a vontade; espírito sendo composto de entendimento, imaginação e memória. Envereda-se aqui pelas questões da prudência, do temperamento, do entendimento e da imaginação. Sobre o homem de imaginação, podemos ler: “O verdadeiro Imaginativo é ordinariamente grande falador, incontinente, arrogante, presunçoso e vão” [15]. (Idem, p.19).

O quadro de Refuge, ainda que não promova um rompimento com vínculos éticos – ao tratar da corte em termos de conflito de paixões e interesses –, indica as maneiras de sobreviver ali com limites de comportamento mais expandidos do que o anterior de Castiglione, e mesmo em relação ao posterior de Accetto. O pequeno tratado deste, como vimos, pressupõe a circunstância de desequilíbrio, mas responde ainda em termos de uma ação, ou reação, mais contida. Verifica-se uma preocupação maior com a lógica da *psiquê* do que aquilo que se vê nos tratados de cortesia de Castiglione e Giovanni Della Casa (1554/s.d.). Esse interesse pode ser verificado ainda em outros produtos letrados da primeira metade do século XVII, como os tratados de Camillo Baldi (1622/1992), sobre escrita de cartas, e do jesuíta Jean François Senault, acerca dos usos das paixões [16]. O primeiro interessando-se mais em descobrir marcas no texto que revelem as características internas de seu autor, e o segundo preocupando-se em bem saber do interno em geral para controlar as ações particulares alheias.

As paixões também são objeto de Refuge, tanto no sentido de reconhecimento do outro quanto do uso. Importa aí o reconhecimento da vontade alheia, vontade que imprime o movimento e poderia ser, portanto, deduzida dos movimentos. Nesse sentido, a postura reservada, em termos dos gestos e das palavras, serviria justamente para dissimular as vontades e os afetos sentidos. A reserva (*retenue*), ou dissimulação, é assim apresentada como a principal parte da perspicácia, sendo necessário não só saber usá-la, mas reconhecê-la. Trata-se de recurso “necessário a todas as pessoas, mas sobremaneira ao homem de Corte para conduzir sua Ambição” [17] (Idem, p.100). Como todo remédio, a dissimulação tem a sua dose certa, trazendo perigo pelo excesso, o que no caso quer dizer trazer a desconfiança sobre si. Feita a advertência, estabelecem-se os três modos pelos quais esse remédio pode ser aplicado: pelo silêncio, pelas ações e pelas palavras.

Segue-se aqui em meio a algumas considerações que serão condensadas posteriormente por Accetto (1941/1990), e que têm como fim a própria sobrevivência ou reposição de um “equilíbrio” desfeito. Assim, Refuge não irá considerar servilismo ou insensatez que se responda “algumas vezes agradavelmente e sem irritação àqueles que estão em cólera, ou que falam com paixão” [18] (Idem, p.104). nesse ponto, encontramos o conceito de dissimulação honesta, elogiado por Accetto: “Com este artifício poderemos algumas vezes dissimular honestamente, e fazer semblante de não entender, ou não saber, alguma coisa que importa no discurso que nos é feito, a fim de poder ter tempo de resolver e não ser pego desprevenido” [19] (Idem, p.104). Note-se que o texto de Refuge fora traduzido para o italiano já em 1621, por Girolamo Canini d’Anghiari, tendo sido editado em Veneza por Battista Ciotti (Pérez, 2004, p.39).

Mas, junto da perspicácia, necessária para prover e/ou discernir a dissimulação, prevê-se ainda a destreza, a qual parece, por sua vez, repor a *sprezzatura* de Castiglione, como podemos entrever pela sua definição: “Chamamos ordinariamente destros aqueles que



são propriamente ágeis e hábeis a todo tipo de movimentos, e que sabem com disposição vencer os momentos difíceis e embaraçosos” [20] (Refuge, 1616/1617, parte I, p.102).

Os meios para se manter na corte apresentam assim uma maior proximidade com o formulado por Accetto. O elenco destes meios completa-se ainda com as virtudes da paciência, da humildade e da ousadia discreta; no entanto, a segunda delas apenas estaria subentendida em Accetto, enquanto que a última parece se aproximar antes do discreto de Baltazar Gracián. O emprego destas virtudes é tratado na segunda parte do tratado.

Da primeira parte, vale destacar a advertência em relação à corte. Esta é considerada lugar impróprio – e “insuportável, se a estadia for longa” –, ao “*homme de bien*”, o qual se vê sujeito às inclinações do príncipe, inclinações que “com muita freqüência são fora dos termos da razão e da lealdade” [21] (Idem, parte II, p.104). Contudo, nota-se que os homens de bem têm maior utilidade ao príncipe e à organização do Estado do que os maus.

A segunda parte do tratado irá tratar justamente das relações do cortesão com o príncipe, figura ausente na reunião de Castiglione, mas que é o eixo principal em volta do qual giram os movimentos dos cortesãos, com seus negócios e interesses. O fim destes, de obter o favor do príncipe, se diversifica agora, e se apresenta de vários modos: por proveito, por ambição e vaidade de honras, pelo desejo de comandar, por inveja, para “prejudicar e roubar os outros”, *nuyre, & travailler les autres*, segundo o que teria dito Sêneca, sendo poucos os que para lá se dirigem com o fim de servir ao seu senhor (Idem, parte II, p.97).

Para se obter o favor do príncipe é preciso que este conheça a “pessoa que busca ser favorecida” e tenha “contentamento com as suas ações e condutas” [22] (Idem, parte II, p.97). Um dos caminhos mais trilhados para se conseguir isso seria pelo trabalho em ofícios de comissões extraordinárias, e negócios particulares do príncipe; o exemplo é de Crisipo secretário de Tibério, segundo o que relata Tácito em seus *Anais*, uma das principais fontes de exemplos de Refuge (Idem, parte II, p.99).

A imagem – definição – da corte que surge em seguida é inequívoca: a corte “é (se nos é permitido falar assim) uma grande prostituta, a qual corrompe algumas vezes os mais íntegros e mais castos” [23] (Idem, parte II, p.104). Daí preconizar aos que desejam “levar uma vida totalmente inocente e distante da maneira comum de viver dos homens” [24] (Idem, parte II, p.104), que se mantenham afastados delas. O exemplo levantado é o de um grego, Aristides, encarregado das finanças de Atenas, que “quis de início se comportar como homem de bem e impedir de roubar aqueles que estavam abaixo dele; logo foi acusado de ser o maior ladrão [...] e com grande dificuldade pôde evitar ser condenado. Tendo enfim sido absolvido e continuado em seu cargo por algum tempo, resolveu se comportar como os outros tinham feito antes dele, deixando roubar aqueles que tinham o costume de fazer isso, e então foi considerado por todos homem de bem” [25] (Idem, parte II, p.105).

Ao homem de bem que é obrigado a estar na corte, reitera-se a exigência da virtude da paciência; virtude estoíca, a qual, além de poder ser usada frente aos demais cortesãos, deve servir também para se acomodar aos variados tipos de príncipe. Isto não significaria inação, mas precaução, podendo-se assim “advertir docemente” seu senhor quando de uma má intenção (Idem, pp.106-107).

Já a adulação [26], inadequada nos termos de Castiglione e Accetto, na esteira da condenação aristotélica encontrada na *Ética a Nicômaco*, não deixa de ser preconizada aqui, de forma comedida, contudo, já que, segundo Refuge, se de um lado “algumas vezes muito adular prejudica”, de outro o mesmo prejuízo pode se dar “se não se recorresse nunca a isso” (Idem, p.109).

De modo algo mais realista, Refuge faz assim um retrato de corte em seus aspectos mais amplos e corriqueiros, em meio às necessidades da administração palaciana, do serviço público-privado, e promove algumas diretrizes para a manutenção da paz e das boas relações para os que nela convivem, ou precisam conviver. Não se trata da corte



francesa, mas da corte em si, enquanto espaço que concentra o poder político-econômico, lugar que atrai naturalmente os ambiciosos e os vaidosos.

### Conclusão

Os escritos vistos, enquanto tratados, não se pretendem relatos históricos mas filosofias morais; e deste ponto de vista não há diferenças essenciais entre as cortes dos séculos XVI e XVII, se grandes ou pequenas, católicas ou protestantes. O homem de bem, amante da paz, deve estar sempre atento às flutuações de humores e interesses de príncipes e cortesãos. As relações no espaço urbano, em geral, ampliam e fomentam, em todas as épocas, paixões e necessidades; diversificando-se os modos particulares, acidentais, históricos, de sua manifestação. Essa condição se amplifica muito mais no espaço menos amplo dos palácios, onde a urbanidade estava então especialmente confinada, e aonde as paixões eram sobremaneira acirradas pela proximidade com o centro de poder político-financeiro, com suas fortunas e infortúnios. Já em Castiglione, livro II, §XXIX, podemos ver um aspecto geral desse ponto de vista, o qual se assemelha ao de seus pósteros, por meio da personagem do senhor Bembo, quando diz:

tendo me acontecido mais de uma vez ser enganado por quem mais amava e por quem, mais do que por qualquer outra pessoa, confiava ser amado, pensei por vezes comigo mesmo que fosse melhor não confiar em ninguém no mundo, nem colocar-se nas mãos do amigo, por mais caro e amado que seja, que sem reserva o homem lhe comunique todos os seus pensamentos como faria a si mesmo; pois em nossas almas há tantos esconderijos e tantos recessos, que é impossível que a prudência humana possa conhecer aquelas simulações que dentro estão ocultas. Portanto, creio que seja bom amar e servir mais a um do que a outro, segundo os méritos e o valor; mas não porém ter tanta certeza desse doce engodo de amizade, para que mais tarde não venhamos a nos arrepender [27].

Do ponto de vista histórico, a passagem do século XVI ao século XVII apresenta – com o avanço do protestantismo – o acirramento da disputa pela recuperação e/ou manutenção do espaço de influência do Estado eclesiástico romano, de intenção universal/católica, junto aos governos seculares. Neste sentido, a Inquisição alimenta as suas fogueiras com empenho (recorde-se na península itálica de Giordano Bruno), tentando restringir as variadas expressões do corpo, do espírito e da mente. Se, nesse âmbito, há mudanças de graus na felicidade pela maior ou menor liberdade, pela maior ou menor opressão dos governantes, percebe-se uma perene experiência do desengano, das ilusões perdidas, no âmbito mais propriamente privado. Pode-se, portanto, terminar aqui por onde Castiglione começou, quando, ainda na sua *Carta dedicatória* (parte I), harmonicamente sentenciou: “*la fortuna, come sempre fu, così è ancor oggidì contraria alla virtù*”, a fortuna, como sempre foi, também é ainda hoje contrária à virtude.

### Referências

- Accetto, T. (1990). *Della dissimulazione onesta* (a cura di Salvatore Nigro). 2a ed. Genova : Costa & Nolan. (Original publicado em 1641)
- Aristóteles. (1550). *Ethica a Nicomaco* (B. Segni, trad.). Firenze : Lorenzo Torrentino. (Original publicado no séc. IV a.C.)
- Aristóteles. (1980). *La Poétique* (R. Dupont-Roc, Jean Lallot, trads.). Paris : Seuil. (Original publicado no século IV a.C.)
- Baldi, C. (1992). *Come da una lettera missiva si conoscano la natura e qualità dello scrittore*. Pordenone : Edizioni Studio Tesi. (Original publicado em 1622)
- Botero, G. (1990). *Della ragion di Stato e delle cause della grandezza delle città* (ristampa anastática). Bologna : Forni Editore. (Original publicado em 1598)



- Burke, P. (1995). *A arte da conversação* (A. L. Hattner, trad.). São Paulo: Unesp. (Original publicado em 1993)
- Castiglione, B. (s/d). *Il Cortegiano, em Opere di Baldassare Castiglione, Giovanni della Casa, Benvenuto Cellini* (a cura di Carlo Cordié). Milano-Napoli: Ricciardi. (Original publicado em 1528)
- Castiglione, B. (1965). *Il Libro del Cortegiano* (a cura di Giulio Preti). Torino: Einaudi Editore. (Original publicado em 1528)
- Cícero. (1950). *De l'orateur* (E. Courbaub, trad.). Paris: Les Belles Lettres. 3 vols. (Original publicado no séc. I a.C.)
- Cícero. (1964). *L'orateur* (A. Yon, trad.). Paris : Les Belles lettres. (Original publicado no séc. I a.C.)
- Cícero. (1994). *Dei doveri* (a cura di Dario Arfelli). Milano: Mondadori. (Original publicado no séc. I a.C.)
- Della Casa, G. (s.d.). *Galateo ovvero de' costumi, in Opere di Baldassare Castiglione, Giovanni della Casa, Benvenuto Cellini* (a cura di Carlo Cordié). Milano-Napoli : Ricciardi. (Original publicado em 1554)
- Fumaroli, M. (2002). Essor et désastre de la première Renaissance cicéronienne. Em *L'âge de l'éloquence* (pp.77-115). Paris: Droz. (Original publicado em 1980)
- Pérez, J. L. (2004). Cortesia y sociedade: Las "Artes de vivir" de Gerolamo Cardano y Eustache de Refuge. *Cuadernos de Historia Moderna*, 3, 23-57. Retirado em 10/12/2006, do World Wide Web : <http://www.ucm.es/BUCM/revistasBUC/portal/modulos.php?name=Revistas2&id=CHMO> .
- Platão. (1947). *La république* (E. Chambry, trad.; Oeuvres complètes, Vol. 6). Paris : Les Belles lettres. (Original publicado no séc. IV a.C.)
- Platão. (1997). *Il Sofista* (Premesse, traduzioni e note di Gino Giardini). Em *Platone : Tutte le opere* (testo greco a fronte). Milano : Newton. (Original publicado no séc. IV a.C.)
- Refuge, E. du. (1617). *Traité de la Cour*. S.l. : S.n. (Original publicado em 1616)
- Senault, J-F. (1987). *De l'usage des Passions*. Paris : Fayard. (Original publicado em 1641)

## Notas

[1] A obra de Refuge seria traduzida para o inglês sob o título *Arcana Aulica; or, Walsingham's manual of prudential maxims, for the statesman and courtier*, por Edward Walsingham (London: Matthew Gillyflower, 1694). A tradução inglesa, por sua vez, foi vertida para o francês por Louis Boulesteis de la Contie em 1695, sob o título *Le secret des cours, ou les memoires de Walsingham*, sendo, no entanto, erroneamente atribuído a Francis Walsingham, famoso secretário da rainha Elisabeth II, chefe da agência de espionagem inglesa.

[2] Sócrates é o exemplo, mas a diferenciação entre os discursos públicos e a conversação civil encontra-se no *Sofista* (Platão, séc. IV a. C./1997, 222c), quando da



divisão das técnicas persuasivas em *dikaniké*, relativa ao judiciário, *demegoriké*, relativa à fala em assembléia popular, e *prosomiletiké*, relativa à conversação em sociedade.

[3] *"ma di pittor ignobile e che solamente sappia tirare le linee principali, senza adornar la verità de vaghi colori o far parer per arte di prospettiva quello che non è"*.

Traduzo as passagens citadas de autores franceses e italianos de modo a manter certa cor antiga, seja nas palavras ("prospectiva" em lugar de perspectiva), seja nas expressões ("fazer semblante de").

[4] *"tanto difficile e quasi impossibile trovar un omo così perfetto"*.

[5] *"insegnare quello che imparare non si pó"*.

[6] *"lassando il disputare del mondo intelligibile e delle idee; tra le quali, sí come, secondo quella opinione, è la idea della perfetta republica e del perfetto re e del perfetto oratore, così è ancora quella del perfetto cortegiano"*.

Note-se que "lassare" vem do latim *laxare*, estender, alargar.

[7] *"non son tanto privo di giudicio in conoscere me stesso, che mi presuma saper tutto quello che so desiderare"*.

[8] *"ogni bon costume e bona maniera di vivere, ogni virtù, in somma ogni cosa, andar sempre di mal in peggio"*.

[9] *"molto piú eccellenti e piene di omini singolari [...] regnavano tanti boni costumi, tanta onestà, che i cortegiani tutti erano come religiosi"*.

[10] *"far vedere al suo principe quanto onore ed utile nasca a lui ed alli suoi dalla giustizia, dalla liberalità, dalla magnanimità, dalla mansuetudine e dall'altre virtù che si convengono a bon príncipe"*.

[11] *"se non vorrete chiamarlo cortegiano, non mi dà noia; perché la natura non ha posto tal termine alle dignità umane, che non si possa ascendere dall'una all'altra"*.

[12] *"esser stato mandato ad Achille da Pelleo suo padre per stargli in compagnia e insegnargli a dire e fare"*

[13] *"savoir faire difference des personnes, des affaires, & selon cela regler sa façon de proceder, son parler, & son silence"*.

[14] *"ou des facultés interieures, desquelles procedēt leurs actiões, ou de leurs conditions exterieures par le moyē desquelles nous pouvōos decouvrir comme au travers d'un nuage quelque chose de leurs inclinations"*.

[15] *"Le vray Imaginatif est ordinairement grand parleur, incontinent, arrogant, presomptueux, & vain"*.

[16] cf. de Camillo Baldi (1622/1992) e de J-F Senault (1641/1987).

[17] *"necessaire à toutes sortes de personnes, si l'est elle d'avantage à un homme de Court pour conduire son Ambition"*.

[18] *"quelquesfois plaisamment, & sans se fascher contre ceux qui sont en colere, ou qui parlent avec passion"*.

[19] *"Avec cest artifice nous pourrons quelquesfois dissimuler honnestement, & faire semblant de ne point entendre ou de ne point sçavoir quelque chose qui importe au discours que l'on nous fait, afin de pouvoir avoir temps pour respondre & de n'estre point pris au despourveu"*.

[20] *"Nous appellons ordinairement Adextres ceux lesquels sont legers propres & habiles à toutes sortes de mouvemens, & qui sçavent avec disposition surmonter les mauvais & fascheux passages"*.

[21] *"les plus souvent se trouvent hors des termes de raison & de prudhommie"*.

[22] *"personne qui recherche d'estre favorisee, & un agrément de ses actions, & deportemens"*.

[23] *"est (s'il nous faut ainsi parler) une grande putain laquelle corrompt aucunesfoys les plus entiers & les plus chastes"*.

[24] *"mener une vie du tout innocente & esloignee du train ordinaire de vivre des hommes"*.

[25] *"s'y voulut porter au commencement en homme de bien, & empescher de dérober ceux qui estoient sous luy, incontinent il fut acúsé d'estre le plus grande volleur [...] & à grande peine peust il eviter d'estre condamné. Ayant toutesfois en fim esté absoulz, & continué en sa charge pour quelque temps, il resolut de s'y comporter come les autres"*



*avoient fait devant luy, layssant dérober ceux qui avoient coustume de ce faire, & lors il se trouva fort homme de bien au dire de tous”.*

[26] *Adulatione* na tradução da *Ética nicomaquéia* por Bernardo Segni, datada de 1550, libro secondo, p.108. (Aristóteles, séc. IV a.C./1550).

[27] *“essendo a me intervenuto piú d'una volta l'esser ingannato da chi piú amava e da chi sopra ogni altra persona aveva confidenza d'esser amato, ho pensato talor da me a me che sia ben non fidarsi mai di persona del mondo, né darsi cosí in preda ad amico, per caro ed amato che sia, che senza riserva l'omo gli comunichi tutti i suoi pensieri come farebbe a se stesso; perché negli animi nostri sono tante latebre e tanti recessi, che impossibil è che prudenzia umana possa conoscer quelle simulazioni, che dentro nascose vi sono. Credo adunque che ben sia amare e servire l'un piú che l'altro, secondo i meriti e 'l valore; ma non però assicurarsi tanto con questa dolce esca d'amicizia, che poi tardi se n'abbiamo a pentire”.*

### **Nota sobre o autor**

*Edmir Missio* é doutor em Teoria Literária pelo Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, e pós-doutor pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Atualmente participa do grupo “Educação, História e Cultura no Brasil Colônia: 1549-1759” (DEHSCUBRA).

**Data de recebimento: 08/01/2007**

**Data de aceite: 15/10/2008**